



JESUÍTAS E INDÍGENAS NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: POSSIBILIDADES DE USOS DE DOCUMENTOS ESCRITOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Bruno Rafael Machado Nascimentoⁱ

Mestre em Ensino de História pela
Universidade Federal do Amapá (PROFHISTÓRIA-UNIFAP)

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de discutir as relações entre indígenas e missionários jesuítas franceses na região do Oiapoque durante a primeira metade do século XVIII. Esta fronteira entre Portugal e França foi palco de disputas e tratados entre as duas nações europeias. Populações nativas e os filhos de Loyola estiveram em contato principalmente por meio de missões em território francês, porém tanto os religiosos quanto os ameríndios iam de um território ao outro. Descobriu-se que as missões jesuíticas francesas receberam fluxos de povos indígenas que viviam originalmente em território português. Os ignacianos escreveram cartas que narravam os encontros e desencontros com as populações nativas. Apresenta-se nesta pesquisa a possibilidade dos usos das missivas na educação básica o que pode facilitar a aprendizagem histórica dos estudantes.

Palavras-chave: Oiapoque; Indígenas; Jesuítas; Ensino de História; Amapá.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir la relación entre los misioneros jesuitas indígenas y franceses en la región de Oiapoque durante la primera mitad del siglo XVIII. Esta frontera entre Portugal y Francia fue escenario de disputas y tratados entre las dos naciones europeas. Las poblaciones nativas y los niños de Loyola estaban en contacto principalmente a través de misiones en territorio francés, pero tanto los pueblos religiosos como los amerindios iban de un territorio a otro. Se descubrió que las misiones jesuitas francesas recibían flujos de pueblos indígenas que originalmente vivían en un territorio portugués. Los ignacianos escribieron cartas que narraban los encuentros y desajustes con las poblaciones indígenas. Esta investigación presenta la posibilidad del uso de misivas en educación básica que pueden facilitar el aprendizaje histórico de los estudiantes.

Palabras clave: Oiapoque; Pueblos indígenas Jesuitas; Enseñanza de la historia; Amapá.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a presença jesuítica na região do rio Oiapoque, fronteira entre Portugal e *Guyane* (França) durante a primeira metade do século XVIII e a partir das suas narrativas revelar a importância das suas missivas para o Ensino de História. As narrativas jesuíticas contidas nas cartas revelam um mundo complexo e também o protagonismo de populações indígenas vistas, durante muito tempo, apenas como vítimas da colonização. Além disso, há que se explorar as diferentes experiências jesuíticas ocorridas em distintos pontos geográficos do continente, uma vez que já existe abundante e difundida produção historiográfica em língua portuguesa sobre as missões (ou reduções) localizadas ao Sul da América do Sul.

Os professores de História têm percebido que apenas a ênfase nos conteúdos e a necessidade de decorar um amontado de datas, nomes e fatos podem tornar o ensino distante da realidade dos estudantes. Como afirma Paulo Freire (1985), isso é a educação “bancária” em que o educando é um mero depósito e o professor deposita os conhecimentos que devem ser assimilados passivamente e, preferencialmente, sem a mínima contestação ou problematização. É uma forma de educar dissertadora de conteúdos em que os professores tendem a narrar algo quase morto (FREIRE, 1985). Emergem atualmente propostas que

tentam romper com a lógica de que o professor é o transmissor do conhecimento e o aluno aquele que somente assimila. Pensa-se no estudante como ser que possui saberes acumulados ao longo da sua existência e que, por isso, deve ser sujeito ativo na construção do conhecimento histórico escolar. Dessa forma, busca-se alinhado com as sugestões contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) propor os usos das cartas jesuíticas para serem utilizadas no componente curricular História no Ensino Médio.

Os jesuítas escreviam frequentemente para informar sobre as missões, pedir ajuda e orientações aos superiores. Sobre essa questão John O'Malley (2004, p. 103) assim afirma, “os reitores escreviam ao provincial, e os provinciais escreveriam ao Geral até uma vez por semana; o Geral responderia aos provinciais pelo menos uma vez ao mês, e os provinciais responderiam com a mesma frequência aos reitores locais”. Na região do rio Oiapoque, atual fronteira entre Amapá (Brasil) e *Guyane* ou Guiana francesa (França) os membros da Companhia de Jesus estabeleceram, no século XVIII, algumas missões com objetivos de catequizar os ameríndios e, conseqüentemente escreveram cartas dando conta do trabalho missionário. Estas cartas revelam as complexas relações entre missionários e indígenas Vale ressaltar que esse território fora disputado entre as duas coroas por mais de 200 anos. O contestado franco-brasileiro terminou somente em 1900 quando, através do

Laudo Suíço, foi definido o rio Oiapoque como fronteira no extremo norte do país.

A presença jesuítica no Oiapoque é apresentada na primeira parte do artigo, logo em seguida faz-se uma breve reflexão sobre os usos dos documentos históricos escritos nas aulas de História a partir de Circe Bittencourt (2009) e Kátia Abud, André Silva e Ronaldo Alves (2010). Por fim, apresenta-se um caso onde os franceses criaram uma missão em território português. Destaca-se que as missões francesas no Oiapoque são consideradas “periféricas”, portanto, pouco estudadas, no Brasil. Essas missões foram administradas por jesuítas franceses vindos de Caiena. Cita-se, por exemplo, a missão de Saint-Paul fundada pelo padre D’Ayma (1733), a de Ouanary (1737 ou 1738), a de Notre-Dame de Sainte Foi (1740) e a missão na região do rio Uaçá (no atual Estado do Amapá) (TASSÍNARI, 2003).

Os inacianos envolvidos nas missões francesas deixaram algumas cartas expondo o cotidiano, essas correspondências são as principais fontes e foram publicadas em 1839 pelo francês Louis Aimé- Martin (1839) com o título de *Lettres édifiantes et curieuses, concernant l’Asie, l’Afrique et l’Amérique, Avec quelques nouvelles des Missions et des notes géographiques et historiques*. São poucas as referências que tratam desses aldeamentos fronteiriços. Tem-se em relação às cartas a obra da antropóloga Antonella Tassinari (2003), *No bom da festa*, que num capítulo faz uma análise

sobre as missões francesas no Oiapoque a partir das cartas dos padres jesuítas que estiveram por lá, sobretudo, do padre Fauque que escreveu grande parte delas. Tem-se também o trabalho de conclusão de curso da Karolliny Melo Ferreira Diniz (2016), *Le Spectaclé Édifiant* em que a autora prioriza as análises das representações sobre os indígenas contidas nas cartas e a principal obra na língua portuguesa é de Bruno Nascimento (2018), intitulada *Ad majorem Dei Gloriam: missões jesuíticas setecentistas no Oiapoque e os usos de documentos históricos para ensino de História no Amapá*.

A presença jesuítica no Oiapoque durante o século XVIII

316

As missões jesuíticas ficavam na fronteira entre territórios da França e Portugal, espaço que foi se estabelecendo ao longo de mais de dois séculos de conflitos e tratados entre as duas nações. Os religiosos chegaram à atual Guiana francesa em 1651, portanto tardiamente se comparado com outras missões nas Américas. Instalaram-se com relativo sucesso devido o aprendizado com as experiências dos seus companheiros em outros locais onde já estavam fixados há mais tempo, como no Canadá. Destaca-se que os inacianos trocavam correspondências entre si e por isso conheciam as estratégias de catequese em várias partes do mundo. Os primeiros missionários vieram com carta patente concedida pelo rei francês Luís

XIV para catequizar indígenas e logo iniciaram o trabalho com os Galibi, que formavam o grupo majoritário na região costeira. Os dois primeiros missionários foram Denis Mesland e Pierre Pelleprat (ARTIGALAS, 2013).

Tal como em outras regiões das Américas, o catolicismo esteve lado a lado com a colonização francesa na *Guyane*. Os objetivos dos jesuítas eram, basicamente, converter os indígenas ao catolicismo, torná-los vassalos do rei e úteis à colonização (FOUCK, 2002). O território guianense durante o século XVII foi dominado ora pelos holandeses ora pelos ingleses. Devido aos conflitos, neste período, a ação dos padres direcionou-se apenas ao reconhecimento dos futuros territórios das missões. Ressalta-se que, inicialmente, as reduções eram caracterizadas como “volantes”, isto é, os religiosos iam de aldeia em aldeia e ficavam algum tempo para tentar evangelizar os indígenas. Tal estratégia não surtiu o efeito desejado pelos missionários, que em cartas queixavam-se de se sentirem isolados, desprotegidos e sem orientação. Os padres tentavam de todas as formas inculcar a fé cristã nos indígenas, mas rapidamente a doutrina era esquecida/ abandonada. Com o tempo, percebeu-se que o sistema itinerante não era viável e tampouco rentável.

Percebe-se que os ameríndios criaram diferentes táticas de adaptação e resistência à ação dos “soldados de Cristo”. O contato com eles sem dúvida desagregou a organização

econômica e cultural ameríndia, mas também os padres foram “convertidos” por eles, visto que, aprenderam a viver na floresta, ou seja, adotaram práticas indígenas. Ademais, dependiam deles para construção das igrejas, os guias eram indígenas, adotaram o costume de dormir em redes e usar as pequenas embarcações criadas pelos nativos. A principal queixa dos padres foi a “inconstância” das gentes em perseverar nas práticas cristãs. Diante destas circunstâncias qual foi a estratégia adotada? A saída foi adotar o método de reduções ou aldeias fixas adotadas nos atuais Paraguai e Brasil. Pelo princípio dos aldeamentos agrupavam-se os indígenas em torno da autoridade dos padres em um único lugar fixo. Comumente o projeto de estabelecer missões é atribuído ao padre Ramette, no início do século XVIII, uma vez que os jesuítas estavam decididos que a “vinha estéril” só daria frutos por meio dos aldeamentos (ARTIGALAS, 2013). As estratégias de atração dos indígenas consistiam em oferecer benefícios, como por exemplo, objetos manufaturados (ferro, machados, facas) e proteção contra os ataques de etnias inimigas. Os objetivos seriam atrair os nativos e garantir perseverança na fé e nas práticas cristãs. Para conseguir recursos para o estabelecimento das missões na colônia francesa fez-se necessário requerer aos administradores coloniais dinheiro e terras. Pelo menos na primeira fase de evangelização os jesuítas contaram com o apoio financeiro da realeza. Além disso, o rei emitiu autorizações para os

padres se estabelecerem livremente em qualquer lugar. Contudo, as reclamações pela falta de pagamentos foram constantes (ARTIGALAS, 2013).

Maria Celestino de Almeida (2010) chamou atenção de que nos aldeamentos na América portuguesa não somente ocorreram controle e exploração da força de trabalho indígena, mas também esses lugares foram espaços ameríndios em que eles tiveram papel ativo na reelaboração das suas identidades. Em algumas situações os próprios indígenas pediam para serem aldeados, pois visavam proteção e terra. Na Guiana francesa e, por conseguinte, no Oiapoque essa realidade foi muito mais intensa. Os indígenas eram livres (ao menos formalmente) e por isso o esforço dos jesuítas para convencê-los a viver nas missões foi muito mais intenso em comparação com seus confrades portugueses. Os inácianos tiveram que relativizar a sua doutrina e percepções. Em uma palavra fizeram concessões (NASCIMENTO, 2018).

Segundo Florence Artigalas (2013), a primeira redução na Guiana foi fundada em 1713-1714 pelo padre Lombard e recebeu o nome de Kourou. Inicialmente, o religioso teve dificuldades em convencer os indígenas a se reunirem no local. Destaca-se que desde a limpeza da nova área até as construções, tudo foi realizado pelos indígenas. Devido a pouca presença francesa neste espaço, não ocorreu um grande desenvolvimento comercial o que significa que não houve uma dependência

econômica tão estreita por parte dos indígenas. Dessa forma, a cultura galibi esteve menos envolvida com os objetos de metal dos europeus e os missionários puderam “seduzi-los” com objetos considerados de baixo valor (ao menos nos primeiros anos de catequese). Além disso, os conflitos entre as etnias não eram de grandes proporções. Mesmo as guerras entre Palikur do Oiapoque e Galibi da ilha de Caiena não foram tão intensas.

O principal grupo reduzido na missão de Kourou foi os Galibi que habitavam o litoral guianense. Diante dessa realidade, as estratégias adotadas pelo padre Lombard para atrair os Galibi para Kourou limitavam-se a criar certas relações, aprender a língua e oferecer presentes. Contudo, os encontros com os indígenas nem sempre eram amistosos (ARTIGALAS, 2013). Em carta dirigida ao seu irmão que fazia parte da alta hierarquia da ordem, o padre Lombard relata que para a referida missão não somente existiam indígenas da Guiana, mas grupos vindos do rio Amazonas, ou seja, de território português. Neste caso os Maraones e Aruãs que fugiram das missões portuguesas e se colocaram sob a proteção dos padres franceses (MONTEZON, 1857). As causas das fugas foram o tratamento abusivo que os colonos lusos dispensavam aos indígenas, escravizando-os, mesmo os que eram protegidos por missionários e pela legislação. Assim, percebe-se o quanto os ameríndios foram capazes de fazer a leitura de que a realidade do “outro” lado poderia ser diferente. Isso prova que

na fronteira as redes de relações de informações entre os grupos indígenas eram intensas. Dessa forma, as relações familiares, comerciais e políticas estavam, portanto, além das fronteiras disputadas e impostas pelos agentes coloniais.

Ao longo do rio Oiapoque foram instaladas algumas missões pelos jesuítas franceses, segundo a antropóloga Antonella M. I. Tassinari (2003) esses aldeamentos foram caracterizados pela baixa densidade demográfica. As dificuldades encontradas foram a diversidade linguística que foi empecilho na comunicação e a mortandade provocada pelas doenças. O padre Fauque foi o missionário preparado e instruído pelo jesuíta Lombard e que a partir de 1729 estabeleceu contatos com os indígenas do Oiapoque, estimulando-os a viver em missões. Fauque foi tão estimado que Lombard, em missiva de 1733 enviada ao procurador das missões na América, exaltou o fervor e a doação do jesuíta pela conversão dos “selvagens” (AIMÉ-MARTIN, 1839). O próprio Fauque, em carta ao superior datada de 1 de março de 1730, narra a viagem feita em 1729 ao longo do rio para fazer uma espécie de reconhecimento do local e de suas gentes. O missionário contou com ajuda dos indígenas que foram seus guias e remadores. De fato, sem o auxílio dos indígenas seria inviável para os religiosos viverem no Oiapoque.

Fauque descreve o encontro com o povo Caranes que, segundo ele, era formado por poucos membros, “mas que, por sua bravura, dominou

outrora os franceses e dez outras nações indígenas: eles me receberam muito bem e me pareceram muito dispostos a serem instruídos nas verdades da fé” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 15, tradução nossa). Por isso a necessidade de “pacificar” e aldear este povo para que não só os religiosos, mas os colonos se estabelecessem na região.

Os Carane mataram em outro momento três franceses e por isso o missionário faz questão de exaltar a bravura. Ademais, segundo a missiva, haviam guerreado com outros povos indígenas. Nessa empreitada de navegar pelo Oiapoque, afirma que tiveram que dormir em um determinado lugar e foram ajudados pelos indígenas:

Nós acampamos aquele dia em uma rocha na borda do rio. Os índios nos deram um pequeno *ajupa* para passar a noite lá (é uma espécie de alpendre aberto por todos os lados), mas como estava mal coberto, pela dificuldade de encontrar nesses cantões as folhas próprias para cobrir os telhados, nós ficamos bem molhados por alguns grãos de chuva que caíram (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 16, grifo do autor, tradução nossa).

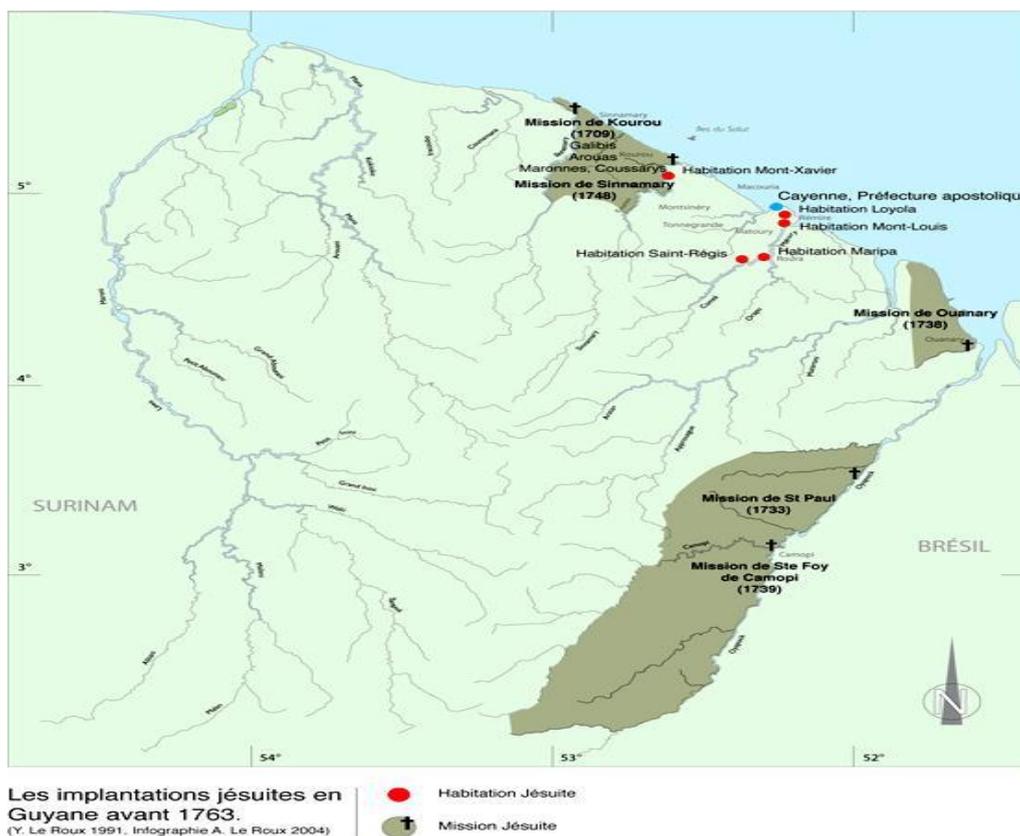
Foi marcante a dependência dos jesuítas em relação aos indígenas. Os padres de certa forma também foram “convertidos” por eles. Vieram da Europa para uma realidade diferente do que estavam acostumados, mas os ameríndios estavam habituados à região e ajudavam os missionários como, por exemplo, no exemplo na citação do trecho em que levantaram um *ajupa* para que padre Fauque se protegesse e passasse a noite. Outro exemplo foi que os indígenas saíram

para pescar e conseguiram o “bakous” (peixe) para alimentar os missionários. Além disso, encontraram um povo desconhecido e chamaram de *Aranajoux*. Também assevera que passaram a noite na aldeia dos Piriou. O padre foi avisado por um indígena que o acompanhava de que havia um “pyaye” (pajé) que vivia com três mulheres, e aqueles que iam buscar a cura das suas doenças com ele acabavam morrendo. Na

carta o sacerdote acusou o *pyaye* de ficar com as viúvas daqueles que faleciam.

Para facilitar a identificação dos locais das missões, apresenta-se a imagem abaixo. Observa-se que foram estabelecidas na fronteira com Portugal (atualmente Estado do Amapá) com objetivo de atrair populações indígenas que fugiam dos portugueses, ajudar na colonização da região do rio Oiapoque e garantir territórios para França.

Imagem 1- Missões jesuíticas na *Guyane* durante o século XVIII



320

Fonte: Yannick Le Roux (2013, p. 3).

Elzéar Fauque em carta de 20 de abril de 1738 endereçada ao padre de la Neuville, procurador das missões das Américas, relatou as

estratégias dos missionários em tentar convencer os indígenas a viver nas missões:

Essa ideia, como você sabe, meu reverendo padre, não é nada menos que verdadeira. Ser missionário entre esses selvagens é reunir o máximo possível, para formar uma espécie de aldeia, para que sendo fixados em um lugar, possamos gradualmente formá-los pouco a pouco para os deveres do homem racional, e nas virtudes do homem cristão. Assim, quando um missionário pensa em estabelecer uma missão, ele primeiro se informa onde está a maior parte da nação que foi confiada para ele; ele viaja até lá e tenta conquistar o afeto dos selvagens através de maneiras afáveis e insinuantes; ele se junta a eles com liberalidades, leva a eles certas quinquilharias que eles estimam; ele aprende sua língua se ainda não saber, e depois de tê-los preparado para o batismo por meio de instruções frequentes, ele confere a eles este sacramento de nossa regeneração espiritual (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 29, tradução nossa).

Para formar uma missão buscavam ganhar a confiança dos indígenas e para isso as atitudes eram de afabilidade; ofereciam presentes e depois aprendiam a língua de determinado povo. Na mesma carta, o missionário descreveu as vicissitudes enfrentadas, como por exemplo, doenças, falta de recursos e ausência de remédios, além de chamar os indígenas de “inconstantes”, “tolos”, “dissimulados” etc. Na carta de 2 de junho de 1735 é possível identificar a visão que os jesuítas possuíam dos indígenas. Fauque os chama de pessoas “sem lei”, “sem educação”, “bárbaros” e “selvagens” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 23, tradução nossa). Os termos citados pelo religioso revelam a dificuldade que se tinha em estabelecer e fazer com que os indígenas permanecessem nas missões do Oiapoque.

Antonella M. I. Tassinari (2003), citando Jean Huralt (1972), apresenta dados

demográficos sobre duas missões. Em 1742 havia 400 pessoas relativamente dispersas em torno da missão de Saint-Paul. Em 1750 o governador D’Orvilles visitou-a e contabilizou 150 índios, sendo 49 homens, doentes e com dificuldade de plantar mandioca. Segundo carta do jesuíta Fauque, do ano de 1735 ao padre de la Neuville, essa missão iniciou com mais de 200 índios (AIMÉ-MARTIN, 1839). Em outra redução, Notre-Dame de Saint-Foi, o governador contabilizou 110 homens, 111 mulheres e 62 crianças. Em 1760, Kerkove, encontrou 22 homens Piriou sob o controle de três capitães em Saint-Paul e 70 homens em Saint-foi. De acordo com Tassinari, antes mesmo da expulsão dos jesuítas da colônia francesa, em 1763, as missões já estavam praticamente desaparecidas por conta do abandono dos indígenas.

Em relação à missão do rio Ouanary, criada pelo padre D’Ausilac em 1738, e localizada na embocadura do rio Oiapoque reuniram-se cerca de 150 indígenas de língua Karib. O padre Fauque relata, em carta de 27 de dezembro de 1744, que os ingleses descobriram essa missão quando um grupo de Aruãs que iam do território português à missão de Ouanary em terras francesas, foram encontrados e capturados. Na ocasião os índios informaram aos ingleses sobre a missão e a presença do forte no Oiapoque (AIMÉ-MARTIN, 1839). A quarta missão foi na região do Uaçá em território considerado português, mas teve a existência breve.

Sabe-se que as fontes sobre as missões do Oiapoque são pouco numerosas. As principais são as cartas “edificantes” que foram escritas relatando, sobretudo, os contatos com indígenas. Entretanto, é preciso ressaltar que as missivas escritas pelos missionários devem ser analisadas sempre com cautela e não como retrato fiel da realidade. Segundo Gérard Collomb (2011) as correspondências foram escritas sob a orientação da Companhia de Jesus e a maior parte delas possuía função apologética e enfatizava um caráter edificante. Isso significa que os escritos tinham o intuito de exaltar, para além da realidade, os trabalhos dos missionários e, por conseguinte, da Companhia de Jesus. As cartas edificantes também possuíam a finalidade de ao serem lidas na Europa angariar recursos para as obras missionárias.

Segundo Régis Verwimp (2011) a região do Oiapoque era pobre e por isso não atraía muitos colonos para a fronteira. O que teria motivado a vinda dos jesuítas, especialmente Fauque, foi a “descoberta” de novos grupos. Destaca-se, inclusive, o interesse dos indígenas portugueses em fugir da escravidão e se “reduzirem” do lado francês. Padre Fauque, em carta ao padre de la Neuville de junho de 1735, relata um encontro com um grupo indígena que fugia dos portugueses (AIMÉ-MARTIN, 1839). Além da pobreza, a falta de autoridade era marcante na região o que permitia aos colonos explorarem os indígenas sem serem incomodados. Na visão dos jesuítas, a única

maneira de diminuir a violência contra os indígenas era a criação e a manutenção de missões.

Os indígenas eram agrupados, monitorados e protegidos para evitar serem roubados e explorados. As missões surgiram, assim, como um meio eficaz de proteção e com vantagens adicionais, isto é, os jesuítas ao reduzirem os indígenas teriam a possibilidade de “cristianizar e civilizar”; os colonos poderiam aproveitar o saber-fazer dos grupos contatados. O poder colonial também seria beneficiado, com a instalação de uma autoridade de origem europeia com relativo controle, por meio da ação jesuítica. No entanto, os colonos não ficaram satisfeitos, pois perderam mão de obra para os religiosos (VERWIMP, 2011). E os índios? Viam no contato com os religiosos a oportunidade de adquirir materiais da cultura europeia, como por exemplo, ferro e machado. Além disso, de certa forma ficavam “protegidos” pelos jesuítas. Muitos viam nos padres uma espécie de xamã que através das suas orações e rituais poderiam afastar os malefícios e trazer a cura para os enfermos (COLLOMB, 2011).

Na carta de Elzéar Fauque escrita de Kourou em 15 de janeiro de 1729 ao seu superior padre de la Neuvilleⁱⁱ, procurador das missões na América. Após visitar a região do Oiapoque com o comandante do forte São Luís, ele apresenta seu plano para criar as missões. Ao fazer referência à região, o missionário assevera que: “O país é bonito e excelente para todos os tipos

de plantação; Mas o que mais me impressiona, é que é muito adequado para estabelecer muitas missões” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 9, tradução nossa). Além das plantações que podem ser realizadas, o olhar do jesuíta volta-se para a criação das missões com os indígenas, pois há “grande número de índios que estão na vizinhança [...]” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 9, tradução nossa). Afirma também que esperava mais missionários enviados pela França para catequizar os ameríndios e “abrir a porta do céu” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 9, tradução nossa). Padre Fauque, conversou com alguns indígenas e acreditava não ser difícil convertê-los, mas expôs um diálogo interessante:

Quando eu lhes perguntei se eles tinham algum desejo real de ser cristãos, eles riram e me disseram que ainda não sabiam do que estavam falando, e então não podiam me dar uma resposta positiva. Eu Achei essa reflexão bastante sensata para os selvagens (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 9-10, tradução nossa).

O jesuíta admirou-se com a resposta dada pelos ameríndios que resolveram refletir antes de oferecer uma resposta à questão posta por ele. O espanto deu-se, pois os inacianos acreditavam em certa ingenuidade dos indígenas como se fossem limitados na capacidade de reflexão racional. Nestes encontros e desencontros, ambos buscavam materializar seus interesses diante dos desconhecidos.

No projeto do jesuíta primeira seria a do rio Ouanary situada próxima ao forte e reuniria os povos Tocoyennes, Marones e Maourious. A

segunda, em torno do Curipi (região do atual estado do Amapá), reuniria Palikours, Mayets e Caranarioux. A área, inundável, forçava-os irem para a nascente do rio e eram povos pouco conhecidos dos colonos franceses. Segundo Fauque, em carta ao padre de la Neuville de 15 de janeiro de 1729, aqueles indígenas apresentavam a “vantagem” de não praticar a poligamia (AIMÉ-MARTIN, 1839). A terceira missão seria na foz do rio Camopi, com as etnias Caranes, Acoquas e Pirious. A quarta estaria a cinco ou seis dias do forte e agruparia as etnias Pirious, Macapas, Ouayes e Taripis. A quinta e última, a sete dias do forte, na enseada Palanques, se comporia “de Palanques, d’Ouens, de Taripis, de Pirious, de Coussanis et de Macouanis” (AIMÉ-MARTIN, 1839). Porém, por falta de recursos quatro missões foram estabelecidas e em breve espaço de tempo, pois os jesuítas começaram a ser expulsos da Guiana. A missão de Saint-Paul, fundada em 1733, pelo padre d’Ayma agrupou vários indígenas do território francês e português. Segundo o padre Aimé Lombard, em sua carta ao procurador das missões na América, padre de la Neuville, escrita em 11 de abril de 1733 demonstra as dificuldades para os missionários na região do Oiapoque. O contato inicial com os povos nessa região não foi fácil e a ajuda de indígenas sempre foi essencial, tanto que o missionário d’Ayma dependia de dois indígenas que foram seus intérpretes. Segundo Lombard ao referir-se ao missionário d’Ayma:

Já faz dois anos desde que ele fixou entre eles a sua estadia. Ele me falou de um vasto lugar onde todas essas nações devem se encontrar; Eu o vi e ele está muito bem situado, mas não ao gosto de todos os índios; os de baixo acham que ele está muito longe, pois tem apenas meio dia do rio Camopi, e que, além disso, esta terra é pouco adequada para caça e a pesca (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 20, tradução nossa).

Esse trecho é emblemático, pois se percebe claramente que para o estabelecimento de uma missão (neste caso era a de Saint Paul), fazia-se necessário atender os interesses dos indígenas. Eles, à medida das circunstâncias, souberam valer seus interesses, como, por exemplo, sobre o melhor local para a missão. Neste caso, a distância do rio e a dificuldade para caça e pesca foram empecilhos. Então, Lombard acordou com os capitães:

É por isso que eu concordei com os capitães que deveríamos procurar outro local que agradasse a todas essas nações, e que eu mesmo deveria estabelecer a missão. Eles me prometeram, por sua vez, reunir todos os índios que lhes são sujeitos, cortar a madeira necessária para aplanar o solo e fazer uma plantação de cacau para sua subsistência (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 20, tradução nossa).

A negociação com os líderes indígenas foi fundamental. Chama atenção o aspecto econômico para a subsistência da missão e, neste caso, foi a plantação de cacau. Esta missão mudou-se três ou quatro vezes de lugar e sempre para mais próximo ao rio Oiapoque.

Elzéar Fauque, na correspondência de 1738, narra a sua viagem ao rio Camopi, onde

depois se instaurou a missão na confluência desse rio com Oiapoque. Segundo o padre, Camopi é menor, mas fácil de navegar o que facilitaria a comunicação. Ele também indica a existência de cacau na região (AIMÉ-MARTIN, 1839). Na missiva descreve-se o silêncio e a beleza das árvores e rios da região. Essa descrição serve como introdução para manifestação do desejo de colonizar. Segundo ele, há muitos peixes que chegam a se oferecer “a flecha de nossa gente, que não nos deixaram faltar” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 31, tradução nossa). Essa abundância e fecundidade é um convite para enviar pessoas para região do Oiapoque. Por isso ele pensa naquelas que são carentes na Europa: “tantas famílias pobres, que sofrem na Europa todos os rigores da pobreza, para povoar essas vastas terras que, pelo clima ameno e sua fertilidade parecem exigir apenas dos habitantes que as cultivem” (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 31).

Em novembro de 1737, eles encontraram com o povo Ouens ou Ouayes. O encontro foi positivo para os padres que estavam prestes a fundar a missão no Camopi:

Foi no dia 16 que nós encontramos as primeiras habitações dos Ouens, ou Ouayes. Essas pobres pessoas nos deram uma recepção muito boa; todas as demonstrações de amizade de que um selvagem é capaz, eles nos deram. Eles pareciam encantados com a proposição de que nós os fazíamos vir morar com eles para instruí-los nas verdades cristãs e para lhes dar a mesma felicidade que os Pirious. Olharam-se uns para os outros e impressionaram-nos com o espanto de que, longe de não lhes perguntar nada, lhes apresentamos mil coisas que, em si

mesmas, eram de pouco valor, mas das quais os selvagens são muito curiosos. Não houve nenhum deles que prometeu vir limpar a terra no lugar que escolhemos, isto é, na faixa de terra que forma a confluência dos rios Oiapoque e Camopi. Eu já havia olhado para este local no ano de 1729. Mas hoje que o examinei de perto, não acredito que se possa encontrar um lugar mais conveniente e limpo para estabelecer uma missão. Também foi agradável ao padre Bessou, que está destinado a governar esta missão quando os índios estiverem reunidos (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 31-32, tradução nossa).

Os missionários quase sempre descreviam o primeiro encontro como positivo. Aqui os jesuítas ofereceram vários presentes como forma de convencer os ameríndios a viverem nas *peuplades*, ou seja, nas missões. Padre Fauque afirma que teria escolhido esse local ainda em 1729 quando foi pela primeira vez à região do Oiapoque. Segundo ele, o lugar é próprio para estabelecer a missão. Sempre as missões foram erguidas às margens dos rios. Além de facilitar a comunicação, a movimentação era essencial para os indígenas, pois além de usarem a água nas mais diversas atividades eram dos rios que tiravam a base da alimentação. A missão de Nossa Senhora de Santa Fé ficou a cargo do padre Pierre - Antoine Bessou ou Besson que era missionário dos “selvagens” e foi o seu fundador. Ao observar atentamente percebe-se que os missionários Fauque e Bessou ofereceram objetos aos ameríndios para atraí-los, no entanto, não conseguiram convencer nenhum a ajudá-los a preparar o terreno onde seria a missão.

Em carta de 1735 o padre Fauque afirmou que esperava a chegada do padre d’Auzillac para poder partir para entrar em contato com o povo Palikur que vivia em território português e criar uma missão entre os indígenas que, segundo ele, era o mais numeroso da região (AIMÉ-MARTIN, 1839). Fauque enviou o padre d’Auzillac para evangelizar e constituir uma missão na foz do rio Oiapoque, recebendo o título de São José do Ouanari, fundada em 1737 no alto do rio Ouanary e a quatro léguas do forte, por terra. A partir de 1738 o padre d’Auzillac encontraria dificuldades para reunir os Tikuyus, Maraones e Maourious na missão. Por volta de 1740 não se encontram mais informações específicas, sabendo-se apenas que em 1742 o padre d’Auzillac continuava atuando nela. 325

Em 1740 a casa dos missionários foi construída na junção dos rios Oiapoque e Camopi. Dois anos mais tarde a aldeia era dirigida pelo padre D’Huberland e consagrada a “Bienheureuse Marie du Bon Secours”. Eram cerca de 400 índios que não foram batizados, pois haviam chegado ao local recentemente. Em 1743 um novo grupo Aramakoto foi agregado aos Ouayes, Coussaris e Kaïkushiana (VERWIMP, 2011). O jesuíta D’Huberland foi substituído pelo padre Besson no comando da missão e sob a administração deste último a missão do Camopi foi consagrada à Nossa Senhora de Santa Fé. A missão, contudo, foi aos poucos perdendo indígenas, sobretudo por causa

de doenças e da ação exploradora dos padres da Companhia de Jesus. Em 1744, com a pilhagem do forte e da missão do Oiapoque pelo corsário inglês Siméon Potter, a missão do Ouanary foi devastada. A maior parte dos indígenas fugiu, pois perceberam que os franceses não foram capazes de protegê-los.

As possibilidades de usos de documentos históricos em sala de aula

Nas últimas décadas o ensino de História na Educação Básica brasileira vem passando por reflexões teórico-metodológicas fecundas. Mudanças chegam às salas de aula espalhadas pelo país e professores procuram melhorar o ensino e a aprendizagem do componente curricular. Sabe-se das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores para tornar o ensino mais significativo aos alunos, entretanto, cabe a eles a tarefa de possibilitar a formação e o desenvolvimento do pensamento autônomo por meio de diversas estratégias. Uma das possibilidades refere-se aos usos de documentos históricos escritos nas aulas.

Paulo Knauss (2001, p.41) defende que a partir dos usos de documentos históricos escritos:

Não só a atividade discente e a sala de aula se tornam lugar de exercício de pesquisa, mas igualmente o professor se vê envolvido na tarefa de investigador, voltado para o exercício didático, rompendo a lógica normatizadora autoritária.

Para que isso ocorra o documento não pode ser utilizado apenas como prova comprobatória do discurso do professor. Cabe a este profissional a exigência de uma adequada preparação para o uso didático deste material, assim o mestre deve se comprometer com a prática docente, ou seja, acreditar na possibilidade da produção do saber histórico escolar. Selva Guimarães (2012) afirma que os documentos não podem ser usados tão somente como complemento ou como mera ilustração, mas ela indica o caminho da problematização para produção de saber, pois se rompe a lógica de que o conhecimento está pronto e acabado. Essa perspectiva dialógica é fundamental na constituição do processo de ensino e 326 aprendizagem, do espírito crítico e a autonomia dos alunos. Dessa forma, a pesquisa e o debate são inseridos nas salas de aula.

Circe Bittencourt (2009) alerta para a escolha da fonte a ser trabalhada na escola. Os textos devem ser motivadores a tal ponto de produzir interesse e curiosidade. Assim, o professor deve escolher aqueles que forneçam informações claras e de acordo com os conceitos trabalhados na sala de aula. Aqui também o educador pode anteriormente realizar uma explanação motivadora sobre a importância da análise do material para provocar os alunos. Ela sugere alguns caminhos para análise das fontes escritas na sala de aula. Primeiramente deve-se descrever o documento, ou seja, indicar as informações que ele contém. Depois, mobilizar

os saberes e conhecimentos prévios dos educandos. A partir disso, pode-se identificar a natureza do documento e explorar as características que lhes são próprias, dessa forma, faz-se necessária a contextualização para a melhor compreensão possível e associar as informações contidas na fonte aos saberes anteriores. Só a partir destes procedimentos anteriores que se pode criticar o documento, ou seja, identificar seus limites e interesses.

Kátia Abud, André Silva e Ronaldo Alves (2010) sugerem alguns procedimentos didáticos para usos dos documentos: 1º- *Contextualização histórica*: análise ampla do contexto de produção do documento. As perguntas são essenciais. Por exemplo, quem escreveu? (autoria) Quando foi escrito? (datação), onde foi escrito? (localização) e a quem se destinava? (destinatário). 2º- *Objetivo*: pode-se discutir a intencionalidade ou finalidade da fonte. A qual grupo socioeconômico o autor ou autores pertencem? O documento é de natureza pessoal ou institucional? A quais pessoas ou grupos sociais o documento se refere? 3º- *Aspectos materiais*: trabalha-se com as hipóteses a respeito da forma de escrita. Foi feito manualmente ou com uso de alguma máquina? Suporte de escrita? (papel, papiro), medidas? (tamanho: largura x comprimento). 4º- *Descrição do documento*: neste ponto as informações são extraídas e elas poderão indicar a finalidade da fonte. Qual o assunto central? Quais frases resumem a intenção? Quais as

necessidades ou possibilidades de solução de algum problema são apresentadas? Quais argumentos? Como a argumentação foi construída? Essa é uma etapa de análise importante, pois se faz necessário “levar em consideração as especificidades do contexto histórico no qual o documento foi concebido” (ABUD; SILVA; ALVES, 2010, p. 18). Por exemplo, expressões desconhecidas, unidades de medida que podem estar relacionadas ao contexto regional e 5º- *Interpretação*: Neste momento as hipóteses podem ser levantadas, pois os alunos descobrirão que não é possível extrair todos os dados da fonte. O cruzamento de informações entre diferentes fontes de um mesmo período para chegar a uma interpretação mais consistente. 327

Portanto, não existe uma receita pronta de como utilizar as fontes escritas nas aulas. A forma dependerá dos objetivos didáticos dos professores, das experiências acumuladas, das condições materiais, do nível intelectual dos alunos. O educador terá o papel fundamental de incentivar e explicar a prática didática, bem como, ser um mediador para ajudar os alunos a superarem as dificuldades, principalmente, com a leitura e interpretação.

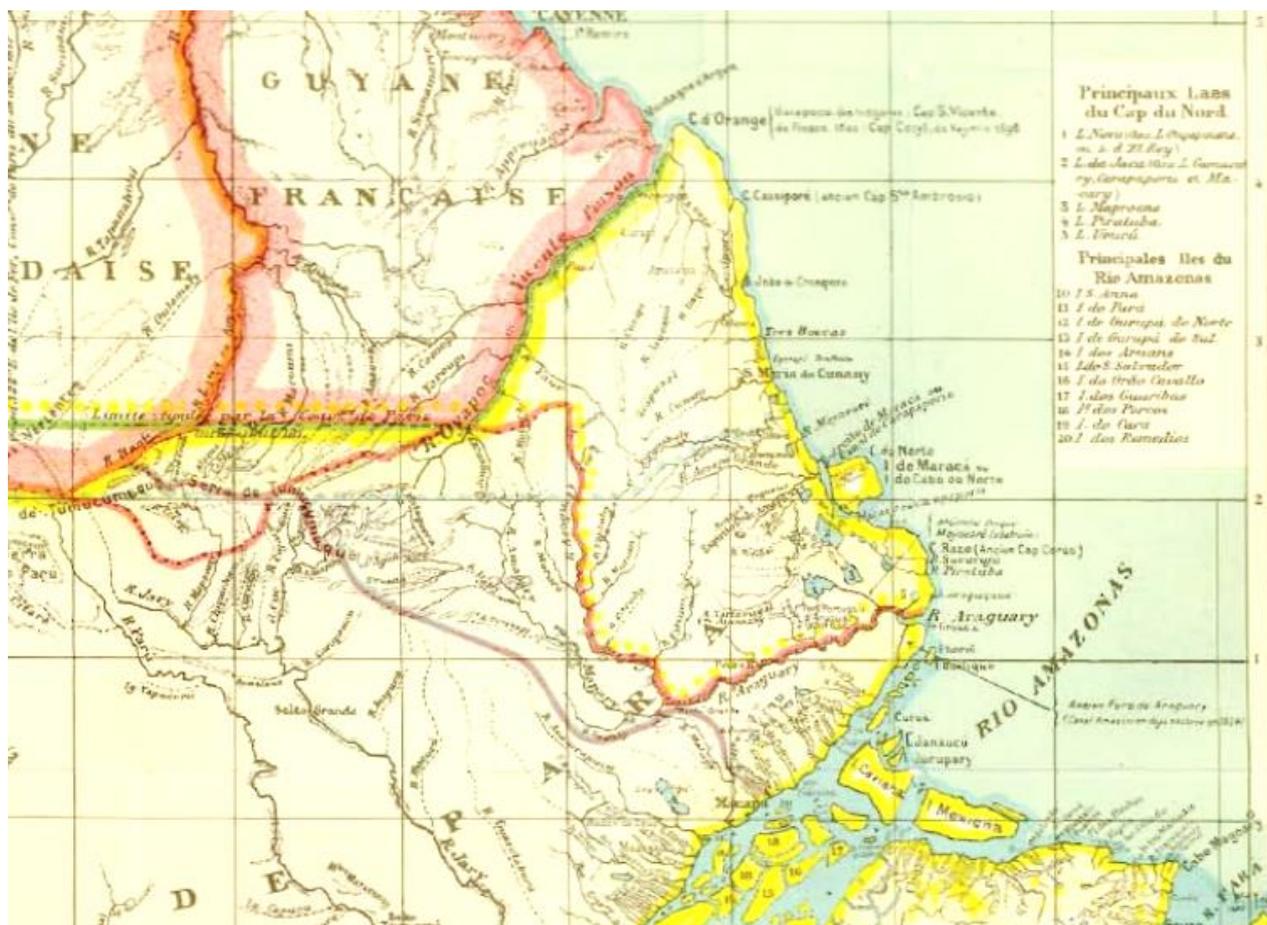
Um caso intrigante: Uma missão francesa em território português

O território entre os rios Oiapoque e Araguari foi foco de disputas entre França e

Portugal desde a segunda metade do século XVII. Surgiram vários tratados entre as duas nações europeias que ora favoreciam os franceses ora os portugueses. Em 1713 efetivou-se o tratado de Utrecht que definiu o rio Oiapoque como limite entre os dois países, porém os franceses não respeitavam e permanentemente atravessavam o limite administrativo para comercializar com indígenas e depois com negros aquilombados. A questão foi resolvida apenas em 1 de dezembro de 1900

em que o árbitro suíço confirmou que o Oiapoque era o limite atendendo o argumento dos brasileiros (já era o período republicano) defendido pelo Barão do Rio Branco (NASCIMENTO, 2018). Na imagem abaixo é possível identificar o “contestado franco-brasileiro” como ficou conhecida à questão. Os traços em amarelo era a reivindicação brasileira e os em vermelho (até o rio Araguari) era a dos franceses.

Imagem 2 – O contestado franco-brasileiro



Fonte: RIO BRANCO, Barão do (2012, p. 291, adaptado).

Os missionários franceses fundaram uma missão no extremo norte da colônia portuguesa em 1736, ou seja, consideravam como território francês. Observa-se este fato na carta do padre Elzéar Fauque escrita do forte do Oiapoque no dia 20 de setembro no ano de 1736 ao seu superior, o jesuíta de la Neuville. Ressalta-se que as missivas dos padres inacianos inserem-se num contexto mais amplo de produção e edição das cartas. Elas começaram a ser publicadas para o público europeu na primeira metade do século XVIII, além de conter objetivos apologéticos, de fortalecimento interior dos jesuítas, manter informado a alta hierarquia da ordem buscava-se com essas publicações melhorar a imagem da Companhia de Jesus e atrair pessoas que financiassem as missões (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006). Entretanto, revelam aspectos fundamentais das relações entre os religiosos e indígenas, assim como, as dificuldades da tarefa de evangelização.

Padre Fauque foi o principal articulador e incentivador das missões na região do Oiapoque e nesta carta ele narra ao seu superior sua visita aos Palikur na região do Uaçá (território do atual Estado do Amapá) em 1735. Nela há uma descrição de um encontro com o “chefe” Palikur, o que revela as estratégias usadas pelos padres para convencer os indígenas a se aldearem. Os europeus ao entrarem em contato com os índios buscavam trocar objetos como, por exemplo, facas, machados e alimentos. Relação esse que

fazia sentido para os padrões culturais e sociais indígenas (COLLOMB, 2011). Conforme o padre Fauque:

[...] Eu fui lá com o meu banaré (é o nome que se dá, entre os índios, para aqueles com quem temos relações de amizade, que se mantêm através da troca mútua de pequenos presentes). Ele não me omitiu nada para me segurar o resto do dia; mas eu não pude lhe dar satisfação porque eu tinha o plano de ir até o capitão de toda a nação (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 25, tradução nossa).

Havia entre os indígenas uma espécie de ligação de sangue, uma profunda união que aproximava um do outro. Segundo Gérard Collomb (2011) a palavra “banare” designava a relação de parceiros privilegiados em que efetuavam trocas econômicas e³²⁹ consequentemente estabeleciam relações sociais entre grupos diferentes. Essa parceria comercial e social ocorria inclusive em tempos de guerras. Em nota Gérard Collomb (2011) afirma que a palavra “banare” pode ser de origem europeia e foi usada no período colonial na Guiana Francesa para designar o parceiro preferido, contudo os índios e todas as regiões guianenses usavam a palavra carib *pawana* para referir-se a essas relações. A relação de *banaré* foi importante nas relações sociais e econômicas entre as sociedades indígenas, mas também após a chegada dos europeus na relação entre os indígenas e colonos, bem como, os pequenos traficantes que andavam pelas aldeias (COLLOMB, 2011). Observe que os jesuítas

foram incluídos nesta rede de relações por meio das trocas de objetos.

O missionário continua:

Ele [banaré] não me omitiu nada para me segurar o resto do dia; mas eu não pude lhe dar satisfação porque eu tinha o plano de ir até o capitão de toda a nação. Senhor das Roses, cavaleiro de São Luís e comandante do rei nessa posição, havia dado, depois de cerca de dois anos, um título com o bastão de comandante. Esse bastão é junco ornamentado de uma placa de prata, com as armas da França, que se dá da parte do rei aos capitães dos selvagens. Youcara (é o nome desse capitão) é, acredito, o mais velho entre todos os Palikours. Como já o vi várias vezes no Oiapoque e já lhe prometi várias vezes de o visitar, ele me pareceu encantado por eu finalmente cumprir a palavra, e ele não esqueceu nada para compensar todas as dificuldades que eu tive nos dias anteriores. (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 25, tradução nossa).

Os índios reconheciam nos *yopotos* os seus chefes. Esses indivíduos eram geralmente o fundador de uma aldeia, eram respeitados e estavam ligados com laços de parentesco diretos ou por meio de alianças com a maioria dos habitantes. Sua autoridade procedia da capacidade de oratória, de uma vida exemplar e de um comportamento generoso. Sua autoridade não era coercitiva, mas exercia influência decisiva (COLLOMB, 2011). Ao oferecer presentes aos índios eles associavam os inacianos a esses líderes que tratavam com respeito e confiança, mas sem obediência cega. Assim os religiosos tentavam oferecer os diversos objetos em troca da participação na missa, memorização do catecismo, enfim, pelo conhecimento do catolicismo.

No trecho da missiva supracitada percebe-se que a administração colonial por meio de alianças com os líderes indígenas tornava-os “capitães” e como forma de distinção concedia a eles um bastão com placa de prata e símbolos franceses. Ser considerado “capitão” pelo governo francês era uma forma de cooptação em um território em litígio com Portugal. Fato notório é que o espaço da carta não é em território francês, mas português (extremo norte do atual Amapá). Isso demonstra que as missões jesuíticas francesas não tiveram apenas interesses religiosos, mas também políticos com fins de expansão territorial para além do rio Oiapoque. Mas qual seria o interesse do indígena em se aliar com os franceses?³³⁰ Historicamente os Palikur, Aruãs, Maraones e outros que viviam em território português preferiam fazer alianças com os franceses. O motivo principal foi a fuga da exploração e escravização dos lusos. Isso não significa que os franceses não exploravam, mas os portugueses implantaram como política para os indígenas o verdadeiro terror (NASCIMENTO, 2018).

Considerações finais

Não resta dúvida dos desafios enfrentados por professores de norte a sul do Brasil para tornar o ensino do componente curricular História mais próximo da realidade dos alunos. Usar documentos históricos exige preparação desses educadores, mas o resultado

pode ser satisfatório. Sabe-se que essa metodologia não é a única solução para problemas enfrentados no espaço escolar, a saber: carência de recursos didáticos, bibliotecas sem mapas, falta de dicionários, livros desatualizados. Sem contar as péssimas estruturas físicas das instituições, bem como, a superlotação das salas de aula. Entretanto, os profissionais não se devem dar por vencidos. Ainda há esperança.

A utilização de fontes possibilita a compreensão por parte dos alunos de que o conhecimento histórico não está pronto e acabado. Que ele é construído a partir de problematizações. Este encontro com registros originais ou cópias permite o contato com representações sobre o passado o que poderá favorecer a análise histórica. O objetivo não é torná-los pequenos historiadores e por isso o professor deve entender que a escola produz um saber próprio com sua especificidade e objetivo. Não é uma transferência de técnicas de pesquisas acadêmicas. Os alunos poderão adquirir o espírito investigativo e, inclusive, levantar hipóteses a partir das atividades sugeridas em sala.

A narrativa jesuítica aqui apresentada da região do Oiapoque pode favorecer a análise comparativa da presença jesuítica nas Américas. Percebe-se que em cada lugar houve estratégias semelhantes e diferentes na relação entre os inácianos e os índios. Estes últimos de forma alguma foram passivos diante da ação católica.

Além disso, essa documentação intitulada de *cartas edificantes e curiosas* mesmo que não intencionalmente revela não só as ações dos padres, mas também o indígena. Este último está lá na documentação, falta ser percebido.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia; SILVA, André; ALVES, Ronaldo. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learnin, 2010.

AIMÉ-MARTIN, Louis (Ed.). **Lettres édifiantes et curieuses, concernant l'Asie, l'Afrique et l'Amerique, Avec quelques nouvelles des Missions et des notes géographiques et historiques**. 2 volumes. Paris: 331
A. Desrez, 1839.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARTIGALAS, Florence. **Les jésuites au Nouveau Monde: les débuts de l'évangélisation de la Nouvelle-France et de la France équinoxiale, XVII^e-XVIII^e siècle**. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620.** Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- COLLOMB, Gérard. Missionnaires ou chamanes? Malentendus et traduction culturelle dans les missions jésuites en Guyane. In: BACOT, Jean-Pierre; ZONZON, Jacqueline (dir.). **Guyane: Histoire & Mémoire.** La Guyane au temps de l'esclavage, discours, pratiques et représentations. Matoury (Guyane): Ibis Rouge Editions, 2011. p. 435-455.
- DINIZ, Karolliny Melo Ferreira. **Le Spectacle Édifiant: a representação do índio setecentista na fronteira Amazônica Setentrional, 1728 a 1751.** 2016. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.
- FOUCK, Serge Mam Lam. **Histoire générale de la Guyane française: des débuts de la colonisation à la fin du XX siècle.** Matoury, Guyane: Ibis Rouge Editions, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados.** 13. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o ensino de história.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 26 – 46.
- LE ROUX, Yannick. Loyola, l'habitation des jésuites de Rémire em Guyane Française. **In Situ**, 20, 2013. Disponível em: <https://insitu.revues.org/10170>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- MONTEZON, Fortuné de. **Mission de Cayenne et de la Guyane française avec une carte Géographique.** Paris: Julien, Lanier, Cosnard et C^e, Éditeurs, 1857.
- NASCIMENTO, Bruno R. M. **Ad majorem Dei gloriam: missões jesuíticas setecentistas no Oiapoque e os usos de documentos históricos para o ensino de História no Amapá.** Rio de Janeiro: Autografia, 2018. 332
- O'MALLEY, Jonh W. **Os primeiros jesuítas.** Tradução de Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- RIO BRANCO, Barão do. **Obras do barão do Rio Branco III: questões de limites Guiana Francesa primeira memória.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- TASSÍNARI, Antonella M. I. **No Bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá.** São Paulo: EDUSP, 2003.
- VERWIMP, Régis. **Les jésuites en Guyane Française sous l'Ancien Régime (1498-1768).** Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2011.

VERWIMP, Régis. **Un célèbre inconnu: le père Fauque, fondateur des missions oyapockoises (Guyane française)- XVIII^e siècle**, 2012.

Disponível em:
<http://cths.fr/ed/edition.php?id=5852>. Acesso em: 19 de jul. 2019.

NOTAS

ⁱ Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), especialista em Metodologia do ensino de História e Geografia (UNINTER), especialista em Ensino Religioso (FATECH), Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá (PROFHISTÓRIA-UNIFAP). Atualmente é professor da rede pública no Amapá.

ⁱⁱ Missionário na *Guyane* chegou em 1715 ou 1716 e permaneceu por três anos. Ajudou na publicação das cartas edificantes. De volta à França ocupou várias funções, sobretudo a de procurador geral das missões da América Meridional (MONTEZON, 1857).

Recebido em: 20/07/2019.

Aprovado em: 28/08/2019.

Publicado em: 31/08/2019.